

**CONTRATO Nº 022/2025**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00147.000245/2025-39**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
A AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE  
INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO  
PIAUI S/A (INVESTE PIAUÍ) E A  
EMPRESA MAPDATA TECNOLOGIA,  
INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA.**

A **AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUI S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 44.660.105/0001-42, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede administrativa na cidade de Teresina (PI), na Avenida João XXIII, bairro São Cristóvão, Nº 2715 - 1º andar, CEP: 64049-010, inscrita no CNPJ nº 44.660.105/0001- 42, neste ato representada por seu Diretor Presidente, o Senhor **VICTOR HUGO SARAIVA DE ALMEIDA**, portador da cédula de identidade nº 070211982019-5 SSP-MA, inscrito no CPF nº 632.xxx.xxx-20; e a empresa **MAPDATA TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 66.582.784/0001-11, sediada na Av. Geraldo Gobbo, 278 Bairro: Boa Vista CEP 13.477-410 Americana - SP, neste ato representada por **PAULO EDUARDO ONUCHIC**, inscrito no CPF nº 092.764.978-03 e RG nº 7101399/SSP-SP, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista os documentos nos autos do processo SEI nº 00147.000245/2025-39 e o que mais consta dos citados autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Investe Piauí - RILCC, os quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente **CONTRATO**, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO**

1.1 O presente Termo de **Contratação de empresa especializada para subscrição de licença anual de pacote de software aplicativos Adobe Creative Cloud com todos os aplicativos**, conforme especificações, visando atendimento das necessidades da Gerência de Planejamento Urbano e Regional, para execução de serviços gráficos para portfólio de projetos de arquitetura, urbanismo e infraestrutura da Investe Piauí, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência e na proposta da Contratada.

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND</b>	<b>QUANT</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
01	<b>Assinatura da Licença Anual do Pacote Creative Cloud com todos os aplicativos.</b> Programas necessários: <u>Photoshop, Illustrator, Premiere Pro, Acrobat Pro, After Effects, InDesign e Portfolio.</u> Nível de acesso: 2 computadores simultâneos por licença / assinatura	Anual	2	R\$ 5.140,00	R\$ 10.280,00

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO**

2.1 São partes integrantes deste Contrato, para todos os fins de direito, o Processo Administrativo relativo ao presente Instrumento Contratual e todos os seus Anexos, a proposta de preços e documentos habilitatórios, contidas no já citado processo SEI.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

3.1. O objeto do presente Termo de Referência enquadra-se como serviço comum, conforme definido no Art. 32 da Lei nº 13.303/2016, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Termo de Referência, tendo como base especificações usuais no mercado.

3.2. Sendo assim, considerando que a Lei é imperativa em definir o modelo de procedimento a ser utilizado para o objeto, que tem natureza comum com fornecimento de bens comuns, e ainda considerado que as regras estão suficientes definidas no presente termo de referência fica dispensando a elaboração de estudo técnico preliminar o que assim justificamos a dispensa do referido instrumento. Sendo o estudo técnico preliminar na Lei nº 13.303/16 e ainda com base no art. 20 do RILCC da Investe Piauí possui natureza discricionário.

3.3. Com base no art. 69, inc. X, e no art. 42, § 1º, alínea “d”, da Lei nº 13.303/2016, a elaboração e adoção de cláusula contratual matriz de riscos, conforme a disciplina da Lei das Estatais, é obrigatória apenas nas contratações de obras e serviços de engenharia quando adotados os regimes de execução de empreitada integrada ou semi-integrada, o que não se aplica ao presente contrato, uma vez que, pela natureza do objeto e do regime de execução (empreitada por preço global), é dispensada.

## **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA**

4.1. O valor global do contrato é de **R\$ 10.280,00 (Dez mil e duzentos e oitenta reais)**, conforme proposta apresentada pela CONTRATADA, que foi classificada como a melhor das ofertas, e ainda por concordar em executar os serviços previstos na Cláusula Primeira pelos valores acima, proposto pela CONTRATADA e pelas condições pactuadas neste Instrumento Contratual.

4.1.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor dos serviços/bens conforme entrega pelo regime de empreitada por preço unitário, conforme descrito no Termo de Referência efetivamente entregues e instalados.

4.2 O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação à Contratante de Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto bens/serviços executados/fornecidos, até em até 30 (trinta) dias, do mês subsequente à prestação de serviços/fornecimento, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato observando os seguintes procedimentos:

4.2.1 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser comprovada por meio de consulta "online" ao sistema de cadastramento, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

4.3 As Notas Fiscais/Faturas correspondentes aos serviços/fornecimento do objeto deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias diretamente ao Fiscal deste Contrato, que somente atestará o serviço/fornecimento do objeto nomes de referência e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.



4.4 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Gestor deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.5 Respeitadas às condições previstas no Contrato, em caso de atraso de pagamento, motivado pela CONTRATANTE, os valores a serem pagos, serão atualizados financeiramente sobre o valor devido pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, desde a data final de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, ressalvada a responsabilidade da CONTRATADA;

4.6 A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência;

4.7 Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos de frete, inclusive quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato;

4.8 O Contratante reserva-se no direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato da prestação, o serviço/fornecimento que não estiver de acordo com as solicitações efetuadas;

4.9 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da Contratada, o prazo de pagamento será reiniciado a contar da data da respectiva reapresentação;

4.10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.11 A Agência deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado. 4.11É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

4.12 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

4.13 Para fins de cobrança, é considerada uma transação:

a) Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de Atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I=(TX/100)/365$$

EM= I x N x VP, onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 Os recursos financeiros para fazer face às despesas do presente Contrato correrão por conta dos recursos próprios da CONTRATANTE.



## **CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS**

- 6.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.
- 6.2. O prazo de início da execução dos serviços, será de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço.
- 6.3. Os serviços solicitados deverão ser executados na Gerência de Planejamento Urbano e Regional, na sede da INVESTE PIAUÍ, localizado na Av: João XXIII, 2715, 1º andar, Bairro: São Cristóvão. Teresina – PI. CEP Nº: 64.049-010.
- 6.4. A entrega será realizada no prazo, quantidade, local e horário especificado neste Termo de Referência e Contrato.
- 6.5. Os prazos de execução e de vigência do contrato poderão ser prorrogados, com fundamento no art. 167 e 168 do RILCC da INVESTE PIAUÍ, mediante prévia apresentação de justificativas, autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste e da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, formalizadas nos autos do processo administrativo.
- 6.6. As prorrogações dos prazos de execução e de vigência do contrato deverão ser promovidas por meio de prévia celebração de termo aditivo.
- 6.7. Após a conclusão dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar documento fiscal válido correspondente ao mesmo.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE**

- 7.1. O Contrato poderá ter seu valor revisto, a título de reequilíbrio econômico financeiro, após 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta.
- 7.2. O objeto da contratação de que trata a legislação supracitada não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 7.3. O interregno mínimo de 12 (doze) meses para o primeiro reajuste, será contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.

## **CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 8.1. A prestação dos serviços será realizada no prazo, quantidade, local e horário especificado neste Termo de Referência e Contrato.
- 8.2. Os prazos de execução e de vigência do contrato poderão ser prorrogados, com fundamento no art. 167 e 168 do RILCC da INVESTE PIAUÍ, mediante prévia apresentação de justificativas, autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste e da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, formalizadas nos autos do processo administrativo.
- 8.3. As prorrogações dos prazos de execução e de vigência do contrato deverão ser promovidas por meio de prévia celebração de termo aditivo.
- 8.4. Após a conclusão dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar documento fiscal válido correspondente ao mesmo.



#### 8.5. Especificação técnica e características exclusivas do software:

**a) ILLUSTRATOR + PHOTOSHOP // PRECISÃO GRÁFICA E ESTÉTICA PROFISSIONAL** - O **Adobe Illustrator** e o **Adobe Photoshop** são ferramentas poderosas para a criação e edição de elementos gráficos, fundamentais para apresentações visuais de projetos. No **Illustrator**, o uso de gráficos vetoriais permite criar desenhos precisos e escaláveis, ideais para o desenvolvimento de plantas baixas, esquemas, ilustrações arquitetônicas e diagramas de urbanismo. Já o **Photoshop** permite a manipulação avançada de imagens, como renderizações e fotos de projetos, possibilitando a criação de composições visuais impressionantes que ajudam na apresentação detalhada de um projeto, incluindo efeitos de iluminação, texturização e ajustes finos de imagem.

**b) INDESIGN // CRIAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ELEGANTES E FUNCIONAIS COM INDESIGN** - O **Adobe InDesign** é uma ferramenta essencial para a criação de layouts e documentos impressos e digitais de alta qualidade. Arquitetos e urbanistas frequentemente necessitam elaborar livros, portfólios e brochuras que contenham tanto elementos gráficos quanto informações detalhadas sobre o projeto. O **InDesign** facilita a organização de textos e imagens, possibilitando a criação de materiais visuais bem estruturados e com aparência profissional. Além disso, sua integração com outras ferramentas da Adobe, como o **Illustrator** e o **Photoshop**, torna o fluxo de trabalho mais eficiente.

**c) ACROBAT PRO // DOCUMENTAÇÃO E APRESENTAÇÃO DIGITAL PROFISSIONAL** - O **Adobe Acrobat Pro** é uma ferramenta indispensável para arquitetos e urbanistas quando se trata de preparar e compartilhar documentos de forma segura e eficiente. Com o **Acrobat**, é possível criar **PDFs interativos**, protegidos por senha, com links, formulários preenchíveis e marcas d'água, elementos que são essenciais para a apresentação e entrega de projetos técnicos e administrativos. Além disso, ele permite a conversão de desenhos técnicos e relatórios em formatos padrão, facilitando o envio para clientes, parceiros e autoridades, sem perder a qualidade do arquivo original.

**d) AFTER EFFECTS + PREMIERE PRO // EDIÇÃO DE VÍDEOS E ANIMAÇÕES DE ALTA QUALIDADE PARA PROJETOS** - O **Adobe After Effects** e o **Adobe Premiere Pro** são fundamentais para a criação de vídeos e animações de alta qualidade, um recurso cada vez mais utilizado em apresentações de projetos de arquitetura, urbanismo e infraestrutura. O **After Effects** é ideal para adicionar animações, efeitos visuais e transições suaves a vídeos e renders de projetos, permitindo uma comunicação dinâmica e impactante. O **Premiere Pro** oferece uma plataforma robusta para a edição de vídeos, com suporte a múltiplos formatos e uma variedade de ferramentas de corte, organização e ajustes de áudio, perfeitos para criar vídeos explicativos, apresentações de projetos e vídeos promocionais de alta qualidade.

**e) ADOBE PORTFOLIO // PORTFOLIO PROFISSIONAL E PERSONALIZADO** - O **Adobe Portfolio** permite a criação de um portfólio digital personalizado e de fácil atualização. Em projetos de arquitetura e urbanismo, onde a apresentação de um portfólio visualmente atrativo e profissional é crucial para atrair clientes e investidores, o **Adobe Portfolio** se destaca como uma ferramenta que facilita a criação de sites com design sofisticado e otimização automática para diferentes dispositivos. É a plataforma ideal para exibir projetos com imagens de alta qualidade, layouts interativos e informações sobre o processo criativo de cada projeto.

**f) INTEGRAÇÃO ENTRE PROGRAMAS, FLUXO EFICIENTE DE TRABALHO E ARMAZENAMENTO NA NUVEM** - Uma das maiores vantagens do **Adobe Creative**



**Cloud** é a **integração entre os programas**. A interoperabilidade entre Illustrator, Photoshop, InDesign, After Effects e outros aplicativos permite um fluxo de trabalho contínuo, economizando tempo e garantindo consistência no resultado final. Arquitetos e urbanistas podem criar documentos técnicos e visuais, manipular imagens e vídeos, e preparar apresentações interativas com facilidade, utilizando as mesmas ferramentas de uma forma coesa.

g) A plataforma **Adobe Creative Cloud** oferece opções de colaboração e armazenamento na nuvem, permitindo que equipes de trabalho, clientes e parceiros compartilhem facilmente arquivos e feedbacks em tempo real. Essa funcionalidade é especialmente valiosa em projetos de grande escala e complexidade, como os de urbanismo e infraestrutura, onde múltiplos profissionais podem estar envolvidos e a comunicação precisa ser fluida e ágil.

h) O **Pacote Adobe Creative Cloud** é, sem dúvida, uma solução completa para profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e infraestrutura que buscam excelência em suas apresentações gráficas. Com ferramentas especializadas que oferecem desde a criação de ilustrações detalhadas e renderizações de alta qualidade até a produção de vídeos e a organização de documentos complexos, a Adobe proporciona uma plataforma robusta que aprimora o trabalho criativo e aumenta a eficácia na comunicação visual e técnica dos projetos.

8.6. Para suprir de forma devida à demanda existente, a solução a ser contratada deverá contemplar:

a) O pacote a ser disponibilizado deverá ser do tipo corporativo no Plano Creative Cloud For Teams- All Apps para governo e equipes, bem como licenças do pacote (Suíte) de softwares Adobe Creative Cloud por usuários e terão acesso ao banco de imagens Adobe Stock, imagens de alta qualidade, no idioma Português (BR) ou inglês (EUA), quando da ausência do primeiro.

b) A referida versão de uso governamental deverá ser compatível com Windows 10 ou superior, 32 ou 64 bits.

c) Deverá permitir as instalações de todas as aplicações diretamente na estação de trabalho.

d) Durante a contratação a versão a ser disponibilizada deve ser sempre a última versão atualizada pelo fabricante, e que permita atualizações posteriores com o intuito de sempre estar com a versão mais recente.

e) O período de utilização e validade da assinatura será de 12 (doze) meses, a contar da data de disponibilização dos softwares e de acesso a plataforma e suas respectivas chaves de acesso ao ambiente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite estabelecido no contrato.

f) A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico e manter durante todo o período da subscrição as atualizações corretivas, evolutivas, de segurança e da última versão do respectivo software, bem como acesso ao banco de imagens, sem custos adicionais para a INVESTE.

g) O suporte deverá ser on-line/remoto por 24 (vinte quatro) horas e 7 (sete) da semana.

h) A CONTRATADA será responsável pelas substituições, troca ou acesso às plataformas Adobe, compatíveis com as especificações exigidas.

i) A CONTRATADA se comprometerá em enviar, junto com cada licença/assinatura, termo com a data de aniversário/vencimento da licença.

j) As soluções de banco de imagens devem suprir, no mínimo, as especificações a seguir:



- a) Resolução de imagem igual ou superior a 1920x1280 pixels com resolução de 300 dpi (pontos por polegadas), escala de cor em RGB (Red, Green, Blue).
- b) Formato de imagem JPEG (Joint Photographic Experts Group), PNG (Portable Network Graphics), PSD (Adobe Photoshop) e imagens vetoriais nos formatos AI (Adobe Illustrator), EPS (Encapsulated PostScript) e SVG (Scalable Vector Graphics).
- c) Diversidade de Imagens o banco de imagens deverá apresentar contextos variados para atendimento às demandas.

8.7. A solução contratada deverá incluir um plano de continuidade de serviços que assegure:

- a) Acesso permanente da INVESTE a todos os ativos digitais (imagens, projetos, arquivos) armazenados nas plataformas Adobe;
- b) Suporte técnico gratuito para migração de dados para outra plataforma, se necessário, incluindo exportação em formatos abertos (.PSD, .AI, .SVG);
- c) Notificação prévia de 90 dias sobre eventuais mudanças nas condições de licenciamento ou descontinuação do serviço pelo fabricante;
- d) Backup automatizado e periódico dos dados em nuvem, com retenção mínima de 12 meses.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. O CONTRATADO obriga-se a:

- a) Executar o objeto na forma e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- b) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 168 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios - RILCC da Investe Piauí.
- c) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas.
- d) Prestar o serviço/fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares e, inclusive, às recomendações aceitas pelos órgãos sanitários.
- e) Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhe inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.
- f) Em nenhuma hipótese veicular publicamente ou qualquer outra informação acerca do serviço/fornecimento a ser contratado, sem prévia autorização do CONTRATANTE.
- g) Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- h) A CONTRATADA é responsável pelos danos causados à INVESTE PIAUÍ ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

9.2. A contratada deverá, durante a vigência do contrato, sem ônus adicional para a Contratante, fornecer novas versões da solução que forem lançadas para correções de falhas na aplicação (bugs) ou atualizações e melhorias.



9.3. A empresa fornecedora deve garantir serviços de atendimento e suporte técnico, pelo período de validade das licenças, disponíveis em horário comercial, em dias úteis, através de telefone ou via web. Atendimento em língua portuguesa (BR).

9.4. As licenças por subscrição/assinatura deverão contar com garantia do fabricante, incluindo acesso imediato às atualizações de versão (upgrade), melhorias, correções de erros e suporte, durante o período contratado.

9.5. Deverá ser disponibilizado pleno acesso à plataforma /sistema unificado, próprio do fabricante, para administração das licenças adquiridas pela Instituição.

9.6. A Contratada deverá disponibilizar assistência, durante horário comercial (entre 8h00 e 18h00), para acesso e instalação das licenças adquiridas e para o gerenciamento das licenças.

9.7. Durante o período de vigência das licenças, deverá ser garantido à Contratante acesso em sistema do Fabricante para abertura e registro de chamados. O sistema de abertura de chamados deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias por semana, via web e também disponível em horário comercial para abertura de chamados.

9.8. Situações relativas à garantia não previstas neste Termo serão amparadas pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990). 4.3 Requisitos de Arquitetura Tecnológica

9.9. Os softwares deverão:

- a) Possuir licenciamento por usuário;
- b) Possuir plataforma de gerenciamento e implantação de licenças;
- c) Armazenamento em nuvem;
- d) Compatibilidade de arquivos da versão adquirida com versões anteriores do software.

9.10. Em relação ao revendedor:

- a) Este deverá possuir certificado de revendedor ou distribuidor autorizado, que assegure a execução do contrato;
- b) Prover suporte técnico avançado durante o período da vigência da licença;
- c) Disponibilizar as versões mais recentes dos softwares, segundo o fabricante.

9.11. Requisitos de capacitação:

- a) Não será necessária a realização de treinamentos para a presente contratação, visto que os usuários já dominam a utilização das ferramentas.

9.12. Requisitos de Segurança

- a) A CONTRATADA se obriga a tratar como informações sigilosas e privadas da INVESTE quaisquer informações, dados, administração, controle do uso e relatórios relacionados à prestação dos serviços, utilizando-os apenas para as finalidades previstas no Contrato, não podendo revelá-los ou facilitar informações a terceiros.

9.13. Requisitos de Segurança da Informação:

- a) Caso a Contratada tenha necessidade de acesso remoto ao ambiente do sistema informático da INVESTE, será disponibilizado acesso, quando necessário ao cumprimento dos serviços contratados, que se darão da seguinte maneira:





- b) Será fornecido acesso remoto supervisionado (via AnyDesk ou TeamViewer) à Contratada para acesso às estações de trabalho onde a solução estará instalada.
- c) Em ocasiões que se faça necessário, o acesso também poderá se dar por outra forma ou ferramenta, através de canal seguro.
- d) As demais questões relativas à Segurança da Informação não previstas neste Termo de Referência serão tratadas entre as partes.

#### 9.14. Obrigações Comuns das Partes:

- a) As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 – Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção de dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- b) É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- c) As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
- d) As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.
- e) Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste termo de referência, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CNPJ, endereços eletrônico e comercial, e cópia do documento de identificação.
- f) A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
- g) A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

10.1 A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos neste termo.
- b) Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a execução do objeto seja realizada



conforme estabelecido no Termo de Referência e/ou Contrato.

- c) Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades encontradas na realização do serviço.
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- e) Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais CONFORME a Lei federal 13.303/2023 e o RILCC da INVESTE PI.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

11.1 O presente Contrato reger-se-á pelas normas estabelecidas no Regulamento de Contratações da Investe Piauí; pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelas regras do Termo de Referência, pela proposta de preços da CONTRATADA, pela legislação indicada no preâmbulo deste Contrato e nos casos omissos, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios - RILCC ou com disposições constantes deste instrumento convocatório, sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal.

12.2 Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista a seguir, pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa, a INVESTE PIAUÍ poderá aplicar as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa moratória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- c) multa compensatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- d) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a INVESTE PIAUÍ, por até 02 (dois) anos;

12.3. As sanções previstas nas letras “a” e “b” deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a letra “d”.

12.4. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras que configurem a violação de preceitos contratuais ou legais:

- a) não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, ou a comunicação e informações formais solicitada pela contratante;
- b) apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela INVESTE PIAUÍ;
- c) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- d) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- e) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- f) incorrer em inexecução contratual.
- g) ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- h) ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- i) ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem



- de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;
- j) ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - k) ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
  - l) ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
  - m) ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos;
  - n) ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.
  - o) Ensejar o retardamento da execução do objeto.

12.5. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à INVESTE PIAUÍ, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

12.5.1 A aplicação da sanção do caput deste artigo importa na comunicação da advertência à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro Corporativo da INVESTE PIAUÍ, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não.

12.5.2 A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

12.6. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

12.8.1 em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para o objeto em questão;

12.8.1.1 em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar N.º 123/2006, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para o objeto em questão.

12.8.1.2 pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para o objeto em questão.

12.8.1.3 - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, a incidência de multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

12.8.1.4 - nos demais casos de atraso, a incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

12.8.1.5 - no caso de inexecução parcial, a incidência de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

12.8.1.6 - no caso de inexecução total, de 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato.

12.8.2 A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 12.2. Letra “d”.

12.8.3 A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado, inclusive antes da execução da garantia contratual eventualmente exigida, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro;

12.8.4 Caso o valor a ser pago ao contratado seja insuficiente para satisfação da multa, a diferença será descontada da garantia contratual eventualmente exigida;



12.8.5 As infrações serão consideradas REINCIDENTES se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a CONTRATADA cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;

12.15 Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à INVESTE PIAUÍ, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

12.9.1 Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

12.9.2 O prazo da sanção a que se refere o caput deste artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Piauí.

12.9.3 A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;

12.9.4 Se a sanção de que trata o caput deste artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, INVESTE PIAUÍ poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente;

12.9.5 A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

12.9.6 Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a INVESTE PIAUÍ às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a INVESTE PIAUÍ em virtude de atos ilícitos praticados;

d) tenham frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

e) ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

f) ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;

g) ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

h) ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

i) ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

12.16 Nenhuma penalidade será aplicada sem o regular Processo Administrativo de ou cobradas judicialmente, nos termos dos § 1º, do artigo 83, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

12.17 Caso a faculdade prevista no item 12.8 não tenha sido exercida e verificada a



insuficiência da garantia eventualmente exigida para satisfação integral da multa, o saldo remanescente será descontado de pagamentos devidos ao contratado;

12.18 Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados nos subitens 12.6.3 e 12.6.4, o contratado será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial;

12.19 Decorrido o prazo previsto no item 12.10, o contratante encaminhará a multa para cobrança judicial;

12.20 Caso o valor da garantia eventualmente exigida seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação da contratante;

12.21 A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

12.22 A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a INVESTE PIAUÍ, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2012.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

13.1 A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos arts. 203 a 206 do RILCC da Investe Piauí.

13.2 A rescisão do contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Investe Piauí; III - judicial, nos termos da legislação.

13.3 A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13.4 Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 1º será de 90 (noventa) dias.

13.5 Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

I - devolução da garantia, acaso tenha sido prestada;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização, caso requerido e devidamente comprovado.

13.6 A rescisão por ato unilateral da Investe Piauí acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Regulamento: I - assunção imediata do objeto contratado pela Investe Piauí, no estado e local em que se encontrar;

II - execução da garantia contratual para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Investe Piauí;

III - na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Investe Piauí.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUCESSÃO**

14.1 O Presente Instrumento obriga as partes contratantes e os seus sucessores, que, na falta delas, assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.



## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

15.1 Em havendo necessidade de acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, e sempre nas mesmas condições da proposta, os mesmos serão realizados nos moldes do art. 166 do Regulamento RILCC de Contratação da Investe Piauí;

15.2 Em ocorrendo acréscimo ou supressão ao valor contratual deverá ser respeitado o limite legal de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do presente contrato, para quaisquer de seus itens, bem como a anuência da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

16.1 Fica designado (a) como Gestor (a) deste Contrato, por parte da CONTRATANTE, o servidor (a), RAQUEL FEITOSA CARVALHO DA SILVA - CPF XXX.368.203-XX, responsável pelo acompanhamento e perfeito cumprimento das obrigações aqui definidas e nos termos do Regulamento de Contratações da Investe Piauí, arts. do 197 ao 199 da RILCC;

16.2 Durante a vigência do contrato, sua execução será acompanhada e fiscalizada pela Investe Piauí e as decisões e providências que ultrapassarem a competência dos seus representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores visando à adoção das medidas necessárias;

16.3 A Contratada deverá manter preposto, aceito por esta Investe Piauí, durante o período de sua vigência, para representa- lá sempre que for necessário;

16.4 A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos, designados pela Investe, que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas, conforme o art. 197 do Regulamento de Contratações da Investe Piauí;

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

17.1 Conforme disposto no art. 155 do Regulamento de Contratações da RILCC e art. 51, §2º, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o presente Instrumento Contratual será publicado no Diário Oficial do Estado na forma de extrato, como condição de sua eficácia.

## **CLÁUSULA DECIMA OITAVA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

18.1 As partes **CONTRATANTES**, desde já, autorizam expressamente o uso de dados contidos neste instrumento e seus anexos para os fins específicos de que trata a Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) e atualização, se comprometem a proteger os direitos previstos no mesmo dispositivo e se obrigam a dar conhecimento prévio à outra parte quando fizer uso de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, utilizando-se sempre da Política de Proteção de Dados e dos princípios previstos na LGPD;

18.2 Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATADA com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) e atualização;

18.3 Em caso de descumprimento das obrigações previstas na Lei Federal nº 12.709/2018 e atualizações, bem como do zelo no que tange a proteção de dados pessoais das pessoas naturais envolvidas no objeto do presente contrato por parte da CONTRATADA, está se obrigará pagar à CONTRATANTE multa equivalente a 10% do valor envolvido no objeto do contrato, bem como a reembolsar a CONTRATANTE de todos os eventuais prejuízos que vier a sofrer.

## **CLÁUSULA DECIMA NONA – DA GARANTIA**

19.1 Será apresentada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, garantia de execução do Contrato em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016, correspondente



a 1% (um por cento) do valor global do Contrato, quais sejam:

I - Caução em dinheiro; II - Seguro-garantia; III - Fiança bancária.

19.2 A devolução da garantia estabelecida neste Instrumento será feita no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento do objeto de CONTRATO.

19.3 No caso de rescisão do contrato e/ou de paralisação dos serviços/fornecimento, a garantia não será devolvida, a menos que estes fatos ocorram por conveniência da INVESTE PIAUI, por mútuo acordo e após acerto financeiro entre o contratante e contratada.

19.4 A garantia prestada pela Adjudicatária lhe será restituída ou liberada em até 60 (sessenta) dias consecutivos, após o recebimento definitivo do objeto.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

20.1 Não será permitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO**

21.1 Com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, as partes elegem o foro da Cidade de Teresina, Capital do Estado de Piauí, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato;


E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado, acordado e contratado, foi lavrado o presente Instrumento em via digital, através do Processo SEI nº 00147.000245/2025-39, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Teresina-PI, março de 2025.

**VICTOR HUGO**  
**SARAIVA DE**  
**ALMEIDA:632**  
**05319320**

Assinado de forma  
digital por VICTOR  
HUGO SARAIVA DE  
ALMEIDA:63205319320  
Dados: 2025.03.19  
11:34:09 -03'00'

**VICTOR HUGO SARAIVA DE ALMEIDA**  
**Presidente INVESTE PIAUÍ**  
**CONTRATANTE**

Documento assinado digitalmente  
 **BRUNA LOURENCO DOS SANTOS SILVA**  
Data: 19/03/2025 10:53:11-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**PAULO EDUARDO ONUCHIC**  
**MAPDATA TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA**  
**CONTRATADA**

## **TESTEMUNHAS:**

**1.CPF/MF:**

**2.CPF/MF:**